

Amizade e negócios na rota das tropas: os homens de confiança de um arrecadador no final do XVIII em Sorocaba.

Tiago Luís Gil

Do começo aos anos 1790

A construção do caminho das tropas foi uma longa empreitada. Não havia uma rota que ligasse Curitiba e a Capitania de São Paulo ao Rio Grande, então um gigantesco depósito de animais e caminho para as produções pecuárias espanholas no Rio de Prata, como Santa Fé e Buenos Aires, promissoras em eqüinos e asininos.

A partir de então se tornariam comuns as viagens para transporte de animais vindos do sul da América lusa e dos territórios espanhóis no Prata. Foi instituída uma unidade arrecadadora no entorno de Curitiba: o “Registro de Curitiba” criado provavelmente por uma ordem de Caldeira Pimentel de 25 de fevereiro de 1732, logo após a abertura definitiva da rota.¹

Anos mais tarde Cristóvão Pereira teria uma retribuição pelo seu trabalho, recebendo em 1747 os chamados “meios direitos” do que era arrecadado em Curitiba. Esta mercê teve duração de 12 anos, até outubro de 1759. Os meses seguintes foram arrecadados para a Coroa e em maio de 1760 os “meios direitos” eram novamente dados como mercê, desta vez à “Casa” do Conselheiro Ultramarino Tomé Joaquim da Costa Corte Real.² Era o início de uma nova administração.

Em 1794 a Rainha indagava diretamente sobre a observância dos pagamentos dos meios direitos à “Casa Doadá”. Segundo a resposta dada pela Junta da Fazenda de São Paulo, aquela mercê tivera

sua indefectível observância em todo o tempo que se arrecadaram por parte da Real Fazenda aqueles meios direitos pertencentes ao Donatário entregando-se-lhe a respectiva metade. E depois que este mandou fazer a sobredita arrecadação separada da outra metade, pertencente a Real Fazenda que uns anos se administra outros se arremata; tem os seus procuradores e administradores cobrado e arrecadado executivamente o dito rendimento com os mesmos privilégios com que se cobra a outra metade rematada ou administrada por conta da Real Fazenda.³

Até o momento não se encontrou documentação referente ao período entre 1760 e 1780 que diga respeito aos meios direitos da Casa Doadá. Como indica o trecho acima mencionado, nos primeiros anos desta mercê o donatário, Corte Real, recebia a metade do que era nominalmente arrecadado, seja pela Coroa, seja por arrematadores. Em algum momento o doado decidiu inspecionar e cobrar esta arrecadação, ainda que não saibamos o momento exato em que isso ocorre.

¹ Arquivo Nacional - Cód. 448 - Vol. 05. pg. 054.

² idem.

³ idem.

Sabemos que em 1783 o inspetor da “Casa Doadá” em Sorocaba era Paulino Aires de Aguirre e Manuel de Oliveira Cardoso era o procurador de Tomé Joaquim da Costa Corte Real em São Paulo e seu tesoureiro. É provável que Francisco de Paula Teixeira, sobrinho de Oliveira Cardoso, já fosse o inspetor em Curitiba. Ele fora testemunha em uma escritura de seu tio em 1784, quando o filho bastardo de Manuel, José Joaquim, foi oficialmente reconhecido.

Manuel de Oliveira Cardoso arrematou, em 1781, a cobrança dos direitos do “Novo Registro de São Paulo da Vila das Lajes”, imposto sobre a passagem de animais. Desde então já exercia o posto de Capitão-Mor da cidade de São Paulo e que a mantinha em 1784, quando do reconhecimento de seu filho. Alguns anos depois ele não é mais referido como tal mas, sim, como Mestre de Campo, título com que morreria, em 1795 ou um pouco antes, época em que ainda trabalhava na tesouraria da “Casa Doadá”.

Paulino Aires de Aguirre pertencia a uma das mais importantes famílias de Sorocaba,⁴ aparentados de Salvador de Oliveira Leme, de quem Paulino era genro. Salvador de Oliveira Leme exerceu o posto de inspetor do Registro de Sorocaba até o início da década de 1780, quando possivelmente passou esta atribuição para o genro. Sabemos da boa relação entre ambos também por uma Representação feita pela Câmara de Sorocaba, em 1782.⁵

Os vereadores acusavam Salvador de pretender o cargo de Capitão-Mor, posto para o qual seria incapaz pela sua “falta de caráter”. Segundo eles, Paulino e Salvador estariam envolvidos em inúmeras “desordens”, crimes, além de utilizarem pesos e medidas falsos e cobrar tropeiros indevidamente no exercício do posto de inspetor do Registro de Sorocaba. Por estes tempos, Paulino era Tenente-Coronel da Cavalaria Ligeira Auxiliar.

Salvador atuava no comércio da Vila de Sorocaba desde os anos 1750, onde fazia negócios com fazenda seca. Há indícios de sua participação na arrecadação dos impostos do Registro de Sorocaba desde os anos 1760. Por seu turno, Paulino era um dos negociantes mais bem estabelecidos da mesma vila, negociando fazenda seca vinda do Rio de Janeiro, para onde enviava duzentas cabeças de gado anuais, além de ser proprietário de um engenho.

Sabemos que Paulino sucedeu seu sogro na inspeção do Registro de Sorocaba, durante a década de 1780 e que nos mesmos anos Francisco de Paula Teixeira, sobrinho do tesoureiro e Capitão-Mor Manuel de Oliveira Cardoso, era o inspetor do Registro de Curitiba, onde permaneceria até 1795, quando seu tio falecia em São Paulo. Estes dados nos sugerem o quão familiar era a economia naquela sociedade, num sentido *oikonomico*. A “Casa Doadá” era uma referência à “Casa” (no sentido amplo de “família” ou “oikos”) de Tomé Joaquim da Costa Corte

⁴ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, *Viver e sobreviver em uma vila colonial (Sorocaba - século XVIII e XIX)* (São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001).

⁵ Arquivo Histórico Ultramarino – São Paulo – Mendes Gouveia - 3009.

Real. Mas mesmo esta sua “propriedade” era administrada por outras “casas” (com um prestígio muitas vezes inferior) que administravam de uma forma que mesclava as duas “oikonomias” de um modo difícil de separar. E todas estas faziam parte da grande “oikonomia” da Casa Real Portuguesa.

A vinculação familiar era tão forte que com a morte de Manuel de Oliveira Cardoso seu sobrinho, Francisco de Paula Teixeira, acabou perdendo seu posto em Curitiba. Em Sorocaba, a família de Paulino Aires de Aguirre continuou no controle da inspeção do Registro, através de, novamente, um genro: Antonio Francisco de Aguiar. Faltando cinco anos para o novo século, a Administração dos meios direitos da Casa Doadora sofria uma relativa transformação.

Em meados da década de 1790 o grupo responsável pela cobrança dos meios direitos muda. Antonio Manuel Fernandes da Silva assume o cargo de tesoureiro, em São Paulo, Manuel José Correia da Cunha ingressa no Registro de Curitiba, Antonio Francisco de Aguiar assume em Sorocaba e Luis Pereira Machado atua como procurador de Tomé Joaquim da Costa Corte Real em Santos. Tanto Antonio Manuel como Luis Pereira já trabalhavam para Corte Real pelo menos desde o início dos anos 1790 mas, ao que tudo indica, assumem a cobrança dos meios direitos apenas em 1795.

Luis Pereira, mais próximo de Corte Real, indicou para o importante posto de tesoureiro seu irmão Antonio Manuel. Em Sorocaba, novamente algum membro da família de Paulino Aires de Aguirre assumia a inspeção dos meios direitos, na figura de Antonio Francisco de Aguiar. Da origem de Manuel José, novato em Curitiba, nada sabemos. Tanto no caso de Antonio Francisco como no de Antonio Manuel fica patente que, a despeito da mudança de pessoal (que, como veremos adiante, também significou uma transformação no sistema de controle e na eficácia daquela administração), o caráter *familiar* daquele empreendimento continuou forte.

Antonio Francisco de Aguiar pertencia ao grupo familiar de Paulino Aires de Aguirre e Salvador de Oliveira Leme, dos membros da elite local de Sorocaba e profundamente envolvidos na esfera mercantil, não apenas de gado, mas de fazendas vindas do Rio de Janeiro. Ele servira muitos anos como militar na Praça de Santos e também em Sorocaba, onde fora capitão e tenente-coronel de auxiliares.

Por volta de 1795 ele ingressa como inspetor do Registro de Sorocaba.

Ele pouco fala de seus outros negócios, ainda que em algumas cartas se queixe do “laborioso trabalho” da administração da Casa Doadora. Contudo, em uma carta de dezembro de 1796, ele se queixa que a “*muita lida e fadiga destes laboriosos contratos me não permitiram indagar pelo passado, a cuidar como devo no presente...*”, indicando sua participação no

controle de outros contratos, o que nos confirma Carlos Bacellar, quando salienta a participação de Antonio Francisco na administração de diversos contratos ao longo de toda sua vida.⁶

Aguiar, contudo, nos dá uma pista importante sobre seu trabalho na administração da Casa Doadada: “indagar pelo passado”. O sistema de cobrança daquela administração se baseava em informações tomadas com antigos administradores, com os próprios tropeiros e outros conhecedores. Uma realidade que o novo grupo de gestores trataria de mudar, mas não profundamente.

Esta renovação administrativa era, em grande parte, mérito de Antonio Manuel Fernandes da Silva. A qualidade e quantidade das fontes que utilizamos muda profundamente a partir da chegada daquele novo tesoureiro. E não era apenas o uso de livros de boa qualidade e documentos feitos em papel de Holanda⁷, como ele exigia, que garantiam esta mudança, mas a existência de um maior controle, através de uma integração maior das unidades arrecadadoras (os Registros de Curitiba e Sorocaba) e a tesouraria em São Paulo, assim como pela existência e constante atualização de listagens de devedores, onde eram apontadas informações importantes sobre os inadimplentes.

Em 22 de dezembro de 1795 Manuel José Correia da Cunha chegava ao Registro de Curitiba e, sem fazer recesso, tomou posse como inspetor daquela praça de arrecadação dois dias depois, na véspera do Natal. Ao menos, foi o que ele disse ao tesoureiro Fernandes da Silva na primeira carta que lhe escreveu, em 10 de janeiro seguinte. Pouco sabemos deste personagem até sua chegada, ainda que tenhamos uma boa noção de sua vida a partir daí, diferentemente de Antonio Francisco de Aguiar.

Cunha certamente não era de Curitiba. Como era administrador do Registro, ele morava junto à unidade arrecadadora, um tanto distante da povoação. Estes dois elementos tornaram mais difícil sua assimilação local. A que parece, ele não era casado e continuou assim ao longo do tempo em que morou em Curitiba. No final do ano de 1799 ele atrasou o envio do “Mapa das tropas”, listagem anual das carregações de animais, por causa de uma forte pontada que lhe atingiu. Esteve trancado em casa durante as festas de final de ano, até que uma sangria resolveu seu problema. Era o que ele dizia numa carta de 10 de janeiro. Neste mesmo ano que se iniciava, lá pelos idos de julho, ele se queixava que havia ganho inimigos pelas dívidas antigas que estava cobrando, feitas no tempo do último inspetor, Francisco de Paula Teixeira. Cerca de dois anos depois, ele esclarecia ao tesoureiro exatamente quem eram seus desafetos:

⁶ Biblioteca Nacional – Seção de Manuscritos - II-35,25,25-27;

⁷ Espécie de papel avergoado marcado por linhas d’água, de muita qualidade e próprio para edições de luxo. A preocupação com materiais de boa qualidade é patente em diversos documentos da vasta correspondência entre Fernandes da Silva e os inspetores de Curitiba e Sorocaba.

Enquanto aos meus inimigos é somente Joaquim Barbosa Leite sujeito com quem a minha fala nunca se embarçou só sim andar de vigilância por ser passador de animais por alto e por eu ser amigo do capitão Inácio Serino irmão do mesmo Barbosa de quem é inimigo, e dar-se comigo João Vieira Gonçalves de quem é inimigo e se o dito Barbosa tivesse a quem fazer queixa do Tenente Coronel Peixoto a teria feito como fez de mim

Ele começava a construir suas relações na comunidade e, também, seus antagonismos. Ao mesmo tempo, ia reforçando seus laços entre o próprio grupo dos administradores da Casa Doadada, através de uma saborosa política de dádivas, enviando queijos e ancorotes de manteiga para Antonio Francisco, em Sorocaba e Antonio Manuel e Antonio Rodrigues Salgado, em São Paulo. Rodrigues Salgado era procurador de Manuel José em São Paulo, e encarregado de receber o seu salário.

Desde o início percebemos o esforço de Manuel José em apresentar-se como bom funcionário, zeloso do patrimônio da Casa Doadada, mesmo que isso custasse conflitos com os locais. Em alguns momentos, ele chega até mesmo a contrariar as orientações vindas do tesoureiro por considerá-las prejudiciais ao “doadado”. Esta estratégia, também visível no modo solene como se dirigia ao tesoureiro, parece ter relação com o constante temor de Manuel José em perder seu cargo. Pelo que foi possível averiguar, ele não dispunha de muitos recursos, o que sugerido numa das últimas cartas escritas ao seu superior em São Paulo, em novembro de 1812, onde dizia temer a troca dos funcionários nas administrações:

...se não estivesse aleijado procuraria outro modo de vida assim se vm.ce me conservar é esmola e caso vossa mercê me não possa conservar pelos muitos empenhos que tenha ao menos me avise seis meses antes por que aqui não há casa para onde me mude quero então fazer algum rancho para me recolher e conservar um par de vacas que tenho.

É claro que Manuel carregou nas tintas ao narrar sua pobreza. Mas há outros dados que indicam uma situação econômica pouco estável. Em uma carta de dezembro de 1800 ele comenta ter interesse em investir em uma tropa de animais, mas acha melhor não arriscar nas mulas, já que não tinha recursos para tanto. Este negócio só tem realização concreta anos depois, em fevereiro de 1806, quando Manuel se endivida para comprar uma tropa de duzentas bestas, que seriam pagas pelo seu ordenado. Estes animais só passariam para Sorocaba em dezembro do ano seguinte, quando Manuel teve autorização para passar os animais sem necessitar de fiador, o que também indica o quão exitosa vinha sendo sua política interna.

Além de complicar-se com inimigos e arriscar-se em tropas de animais, Manuel José teve alguns incômodos, a partir de 1806, com o sobrinho do tesoureiro e filho do procurador Luis Pereira: Inácio Pereira Bastos. Manuel recebeu ordens para entregar valores à Inácio, o que não lhe agradava:

...Enquanto a assistência ao ajudante Bastos tenho lhe assistido e vossa mercê verá do recibo que é forte sarna que quer muitas vezes adiantado e outras pedindo dinheiro a outras pessoas e passando-lhe recibo para vir receber de mim da conta...

Não sabemos o que Antonio Manuel pensou acerca desta avaliação de seu sobrinho. As ordens foram para que Manuel José continuasse a entregar os valores, o que seguiu acontecendo. Esta sucessão nos remete novamente para o problema das *oikonomias*: a “Casa” de Luis Pereira e Antonio Manuel se utilizavam do sistema de comunicação e da liquidez⁸ da Casa Doadada, de Tomé da Costa Corte Real, sem que houvesse uma distinção muito clara entre estas economias domésticas.

Esta aproximação aos agentes que davam vida à administração da Casa Doadada foi importante para percebermos os valores que orientavam sua ação. Baseados nesta visão eles iam montando aquela administração, que aos poucos ia ganhando ares novos. Podemos sintetizar esta visão em algumas noções chave: uma economia corporativa e *familiar*; a troca de dádivas e a reciprocidade como elementos importantes nos negócios; o controle social dos relacionamentos.

O sistema da “casa doada” funcionava assim: um tropeiro chega ao Registro de Curitiba; sua tropa recebe um número e os animais são contados para a definição do valor da cobrança. Se ele possui dinheiro, paga e isso é registrado, juntamente com o nome do tropeiro responsável e o valor. Se não tem, os mesmos dados são anotados e serão, futuramente, incluídos no “mapa” das tropas que passaram, regularmente enviado para a tesouraria em São Paulo. O valor pode ser pago em Sorocaba, antes da chegada na vila ou, dependendo, uma fiança pode ser aceita e os animais liberados para venda. Aparentemente, um sistema bastante impessoal.

A impessoalidade, contudo, ficava apenas na aparência. A simples preparação das listas dos devedores e pagantes já respeitava as hierarquias daquela sociedade ao apresentá-los com qualificativos como capitão, preto, tenente e reverendo vigário. Mas havia mais. Os devedores eram especialmente “cadastrados” em listagens especiais, onde outras informações eram incluídas, especialmente sobre os relacionamentos sociais daqueles sujeitos, ou seja, das redes a que pertenciam e através das quais se poderia fazer a cobrança. Em uma sociedade onde a noção de indivíduo ainda era muito incipiente, se é que existia, relacionar uma pessoa a um grupo maior era como pedir seus documentos.

Esta preocupação estava na ordem do dia para Manuel José Correia da Cunha quando, em 1798, ele trabalhava na cobrança de alguns devedores “*que estão para Viamão para pagarem e alguns que moram para a Vila de Curitiba e por eu os não conhecer tenho dado essa incumbência e dizem-me que respondem que nada devem quero pela Páscoa ir aquela vila a ver*

⁸ O dinheiro adiantado para Inácio Pereira Bastos provinha das cobranças que Manuel José fazia aos devedores da Casa Doadada em Curitiba.

se me encontro com eles para me desenganar”⁹ Uma cobrança para a Casa Doadada poderia prescindir do conhecimento prévio entre cobrador e cobrado? Não era o que pensava o novato Manuel José.

Igualmente Antonio Francisco de Aguiar, conduzia assim sua obra na Casa Doadada. Quando chamado a esclarecer algumas dúvidas sobre os pagamentos de certos tropeiros, explicava que “...*Nas relações que tenho da Patrulha e Santa Vitória, não encontro se não com o nome de Manuel Francisco de Sales e Manuel Francisco de Lima, aquele é bem conhecido nessa cidade e este vou sobre o mesmo a [?] diz-me ser cunhado de um José Lopes de Oliveira, que foi ao continente fazer uma tropa de certo valor dessa cidade, que pertence, hoje ao capitão João Lopes França...*”¹⁰

Em outra circunstância, agora para cobrar uma dívida certa, Manuel José dirigiu-se a um membro da família: “...*procurei o tenente coronel Manuel Gonçalves Guimarães como fiador do filho por este não estar na terra ele me pediu espera até setembro eu lhe concedi se vm.ce conviesse na dita espera e fiz por ver que o nosso Doadado não recebe o dinheiro ...*”¹¹ Neste caso, um membro da família foi acionado na falta do primeiro, indicando o quão familiar era aquele empreendimento. Poderíamos minimizar esta situação lembrando que o pai era o fiador, argumento este mesmo indicado por Manuel José. Contudo, a decisão de ter como fiador a um membro da família partiu da própria, se quisermos fragmentar, pela escolha do filho e aceitação do pai.

Do mesmo modo Manuel José sondava um devedor, em 1800, para saber notícias de seu paradeiro. José Manuel Tavares da Cunha devia 7\$960 “*com título de afilhado do Coronel José Vaz sem dizer onde era morador, e quando aqui esteve procurei lhe pelo mesmo e diz estar casado em Jundiaí.*” Também o devedor entendia sua vinculação parental como uma espécie de confirmação de endereço, dentro de Jundiaí.

Não se tratava de uma postura dos cobradores, um meio de associar as pessoas a determinados grupos ou localidades com um objetivo pragmático. Era a própria forma da sociedade se organizar em termos de referências, de modo a atribuir ao membro do grupo toda uma série de prerrogativas do conjunto a que ele pertencia. A associação, a facilidade na identificação era apenas o corolário disso, a forma que aquela sociedade havia inventado para orientar cada um de seus membros.

Uma listagem de 1796 é particularmente interessante. Ela indica uma série de devedores e porta informações preciosas sobre cada um deles, além dos valores devidos. Francisco Borges

⁹ Biblioteca Nacional – Seção de Manuscritos - II-35,25,03-029

¹⁰ Biblioteca Nacional – Seção de Manuscritos - II-35,25,25-27-026

¹¹ Biblioteca Nacional – Seção de Manuscritos - I-35,25,17-004

da Costa, por exemplo, “foi um simples capataz do falecido João de Oliveira Preto”. Outro, José Lopes da Costa, havia sido “açoitado na Vila de Castro e se passou para o Rio de Janeiro”. José Plácido Moreira, por sua vez, era apontado como morador em Sorocaba e irmão do “Cônego Lourenço, do qual cobrei [Antonio Francisco de Aguiar] 4\$000”. De Antonio Mateus Lima, Aguiar sabia que o tropeiro havia morrido “Lazaro” e “vivendo de esmolar”. Já Vicente José, que devia há muitos anos, era difícil de encontrar: “Deste tropeiro nada sei, foi inspetor no tempo desta guia Bernardo José Vieira Bessa, morador hoje na Freguesia de Aritataguaba [sic] o qual pode bem responder. Com este último caso paramos um pouco para observar.¹²

Começamos com a falta de informação. Sobre Vicente José, devedor incógnito, o meio para se obter algo era através de Bernardo José Vieira Bessa, ou seja, baseado na memória e no conhecimento pessoal daquele antigo fiscal. A idéia de fichas individuais não existia e mesmo a simples menção em uma lista era carregada de vinculações familiares, hierárquicas e de amizade. Quanto ao irmão do cônego, de forma semelhante ao filho do já mencionado Manuel Gonçalves Guimarães, o pertencimento familiar “achatava” a “individualidade” dos membros da família.

Antonio Mateus Lima havia morrido lázaro e esta informação não escapou ao controle fiscal da Casa Doadada, nem quando da captação da informação e nem na sua transmissão ao tesoureiro em São Paulo. Até mesmo esta informação trágica era importante. Não era à toa. Ela situava o devedor na sociedade, tal como as outras informações, e sugeria que ele não mais possuía vínculos sociais que lhe permitissem sobreviver de outra forma antes da morte e nem herdeiros para depois dela. Um indivíduo não era um indivíduo nem quando estava sozinho no mundo, nem mesmo em termos fiscais. Ele possuía um lugar na sociedade e uma inserção dentro do que se poderia chamar caridade cristã.

Os administradores da Casa Doadada trabalhavam com um público possível de tropeiros muito grande, considerando-se que a atividade tropeira era relativamente viável mesmo a um pequeno produtor, como já vimos. Somente na capitania de São Paulo, onde residia a maioria dos tropeiros que pudemos identificar, havia mais de 150000 habitantes, dos quais mais de 40000 eram homens entre 15 e 60 anos, onde se enquadravam praticamente todos os tropeiros. Ainda assim um número absurdo, onde um controle relacional, baseado nas relações pessoais, diádicas ou não, aparentaria um total fracasso. Mas não era assim e, como vimos, o controle das cobranças era bastante eficiente e garantia que poucas fossem as dívidas que ficassem para trás ou que nunca fossem pagas. Como era possível?

O primeiro trunfo dos administradores era que nem todos os 40000 potenciais tropeiros realmente se interessaram ou podiam negociar animais. De qualquer forma, eles não conheciam

¹² Biblioteca Nacional – Seção de Manuscritos - II-35,25,25-27-006 (1796).

pessoalmente todos os mais de quinhentos tropeiros e peões que passaram pelos Registros entre 1796 e 1810 e estes mesmos tropeiros eram uma amostra, digamos, aleatória, dentro da população masculina entre 15 e 60 anos, oriundos de diversas localidades das Capitânicas de São Paulo e Rio Grande, além das Minas.¹³ A pergunta continua. Como era possível? A resposta estava nos próprios administradores.

A vasta correspondência produzida por Aguiar e Correia da Cunha nos informa muito sobre os relacionamentos mantidos durante o período que estamos analisando pelos administradores da Casa Doadada, e não apenas por Aguiar e Cunha, mas também por Antonio Manuel Fernandes da Silva. Seus contatos não incluíam todos os tropeiros, mas incluía gente que conhecia gente que conhecia gente, o que possibilitava aos administradores estender sua presença para além de seu campo visual, para além do seu conjunto mais imediato de relacionamentos. Certas relações garantiam a “cobertura” de uma grande quantidade de grupos sociais, e em certo sentido, acabava cobrindo praticamente toda a capitania de São Paulo, especialmente no entorno da capital, além de parte significativa das Minas e do Rio Grande. Estas redes amplas, pela sua dimensão espacial, acabavam repercutindo nas densas redes locais, onde a fofoca cumpria um papel regulador.

A informação

Na sociedade que se está abordando, o principal veículo de informação era a conversa. A circulação de livros era relativamente escassa¹⁴ (além do elevado índice de analfabetismo) a transmissão oral cumpria uma importante função na circulação das idéias e das informações. De qualquer modo, há diversas formas de se fazer circular informações a partir da oralidade, e a identificação destas formas pode contribuir para compreender como aquela sociedade se organizava. Um agente faz escolhas, selecionando conteúdos e interlocutores (dentre outros elementos) ao transmitir determinados dados.

A antropologia econômica já salientou a importância do parentesco nas mais diversas economias e não caberia relembrar aqui a diversidade de contribuições sobre este tema.¹⁵ A família era um destacado meio de circulação de informações, especialmente pela confiança

¹³ Não descartamos a possibilidade de mulheres e maiores de 60 anos atuarem no negócio de tropas. Não encontramos registros de mulheres na lida de animais e excluímos os maiores de 60 anos deste raciocínio por obtermos dados coevos com esta divisão, além de que se os incluíssemos, o número seria ainda maior, favorecendo ainda mais nosso argumento.

¹⁴ Ignoram-se estudos sobre este tema para nosso contexto. Uma análise da posse de livros e biblioteca em Inventários Post-Mortem do Rio Grande de São Pedro apresenta um cenário de escassez de publicações, com algumas raras exceções.

¹⁵ Para uma revisão da bibliografia sobre família e economia, ver CLAVERO, Bartolomé, *Antidora: Antropologia católica de la economia moderna* (Milano: Giuffrè, 1990)..

criada através da experiência prévia dentro do núcleo parental. Jorge Pedreira, ao estudar o corpo mercantil da praça de Lisboa, aponta a relação tio-sobrinho como uma das chaves de reprodução daquele grupo. Um dos primeiros empregos dos sobrinhos seria de caixeiro, administrando as contas do tio e, necessariamente, buscando e recebendo informações para o controle contábil.¹⁶

O parentesco fictício também cumpria uma função importante no acesso à informação. Paloma Fernandez, em seu estudo sobre os comerciantes da cidade de Cádiz no século XVIII, destacou a função primordial do matrimônio para a atividade mercantil e continuidade dos negócios através da figura do genro:

*El matrimonio permitía en estos años a la masa de migrantes recién llegados del resto de Andalucía, Castilla, el Levante y el Norte peninsular y el resto de Europa obtener apoyo humano, **información** y, en los casos que medió la entrega de dote, un capital necesario para más adelante poder matricularse y comprar mercancías que vender en territorios de la América española.*¹⁷

O parentesco não apenas servia para a seleção dos quadros da empresa mercantil como também garantia um controle sobre os agentes. O conjunto dos parentes teria formas de punir um membro que eventualmente não honrasse a confiança depositada ou agisse de uma forma não-cooperativa. A mesma Paloma Fernandez argumenta que na Cádiz do XVIII era bastante comum a uxorilocalidade, com maior incorporação e controle do genro ao grupo familiar, especialmente pela manutenção do dote na mesma unidade doméstica. A obediência ao “patriarca” era também uma constante naquele meio.

A historiografia poderia apresentar uma diversidade exemplos neste sentido. Eram formas de resolver problemas de seleção adversa e risco moral que existiam na reprodução da atividade mercantil. Em alguns casos, de acordo com a estratégia adotada, a família poderia aproximar-se daquilo que Sobel chamou de “redes densas”.

O parentesco fictício era utilizado de forma estratégica em boa parte dos casos. Ainda que nem sempre as pessoas criassem laços pensando em seus negócios, o uso posterior de certos vínculos poderia ser conveniente, uma vez que a contínua interação experimentada contribuía para a criação e/ou reprodução de confiança. Antonio Carvalho da Rosa, em seu testamento de 1783, falava das dívidas ativas que possuía com diversas pessoas, entre as quais estava José Martins de Oliveira, seu compadre. Carvalho da Rosa não especificou o valor devido, dizendo

¹⁶ PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana, *Os homens de Negócio da Praça de Lisboa - de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. (Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 1996). COSTA, Eleonor Freire, "Entre o açúcar e o ouro: permanência e mudança na organização dos fluxos (séculos XVII e XVIII)" (paper presented at the Seminário Internacional: Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no Mundo português, Rio de Janeiro, 2006).

¹⁷ FERNANDEZ PEREZ, Paloma, *El rostro familiar de la metrópoli: redes de parentesco y lazos mercantiles en Cadiz, 1700-1812* (Madrid: Siglo XXI, 1997). pg. 132.

apenas que Oliveira pagaria “...o que ele disser...”. A confiança existente permitia estas atitudes.¹⁸

A confiança de Carvalho da Rosa, contudo, ultrapassava o parentesco fictício. Ele também era credor de outras pessoas, com as quais não mantinha vínculo parental que se pudesse identificar. Sujeitos como Manuel José da Costa, entre outros, também pagariam ou receberiam o quanto dissessem. Isso nos remete à idéia de redes de relacionamentos diversos, que poderiam incluir amizade, reciprocidade e solidariedade.

Outra instituição que garantia acesso a conhecimento era a reputação vinculada à **conduta pública**, diretamente modulada pela **hierarquia social** e pelo *status*, instituições que também interferiam neste ambiente. Ainda que pouco nítida, a confiança (ou desconfiança) pública era utilizada como fonte de dados em diversas transações servindo, inclusive, para orientar decisões régias sobre promoções e concessões de patentes. O caso do alferes Francisco Pinto de Vila Lobos, que negociava na rota de animais entre Sacramento e Minas, em meados do XVIII, pode ser exemplar, não apenas pela conduta, mas igualmente pelo uso das redes.

Por volta de 1750 o governador da Colônia do Sacramento comentava sobre a figura de Vila Lobos, afirmando que ele possuía...

*“...a circunstância de se haver aplicado ao exercício da Artilharia e de Engenheiro, querendo seguir seu avô Manuel Pinto de Vila Lobos, coronel da Artilharia com exercício de engenheiro na Província do Minho [...] e seu pai Francisco Pinto de Vila Lobos, sargento-mor engenheiro na mesma Praça: e a seu Tio o sargento-mor atual da Artilharia do Rio de Janeiro José Fernandes Pinto Alpoim, onde tem **adquirido crédito notório**, com o seu grande préstimo”.*¹⁹

Por esta mesma época, contudo, Vila Lobos era rejeitado em uma promoção militar por seu “*terrível procedimento*”. Ele havia promovido desordens na guarnição e, sendo preso, se fez de louco para escapar da prisão. Esta atitude gerou algumas linhas da pena de Gomes Freire de Andrade, então governador do Rio de Janeiro, que afirmou que **apesar** de ser sobrinho de José Fernandes Pinto Alpoim e filho de Francisco Pinto de Vila Lobos, estas qualidades não compensavam seu comportamento.²⁰ Ao mesmo tempo, seus pedidos para circular entre Sacramento e Minas e negociar animais com espanhóis no Rio da Prata eram atendidos pelos monarcas ibéricos, provavelmente por suas influências advindas do parentesco.

Vila Lobos passou por (ao menos) três momentos: uma fase de boa reputação, assegurada pelo prestígio de sua família; um período de perda de confiança pública provocado por suas

¹⁸ Inventário de Antonio Carvalho da Rosa. 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Rio Grande. 1783. Arquivo Público do Rio Grande do Sul,

¹⁹ Arquivo Histórico Ultramarino – RJ. cx. 55 doc. 12755.

²⁰ Arquivo Histórico Ultramarino - RJ. Cx. 60. Doc. 14136.

atitudes polêmicas; um tempo de prosperidade mercantil, assegurado novamente pelos contatos familiares nos Impérios Ibéricos. A reputação inicial foi garantida pela família. Como foi visto, a reputação familiar ou de um grupo denso e/ou fechado era distribuída entre seus membros e Francisco teve seu quinhão. Nestes termos, tal fenômeno se aproxima daquilo que Giovanni Levi chamou de “herança imaterial”: um patrimônio social transmitido pela reputação ancestral.²¹ Sua conduta e suas redes foram as principais instituições que interferiram em sua reputação.

Outro indício do caráter informativo da hierarquia pode ser percebido quando se analisa as referências feitas a credores e devedores nas dívidas de inventários *post-mortem*. Boa parte delas contém alguma informação sobre estes agentes, como sua patente militar, condição social (se escravo ou liberto), se viúvo, etc. Uma análise detida dos valores movimentados por estes agentes e cruzada com seu qualificativo nos apresentou um cenário onde o crédito é muito maior para aqueles agentes localizados no topo da hierarquia social, e miúdo para os de estratos mais baixos.²²

Outra instituição importante era aquela que denominamos **banco de informações**. Em termos conceituais, refere-se a um agente ou estabelecimento que, independente de sua função mais aparente, acaba servindo como local onde os agentes trocam dados, sem que isso signifique uma troca equilibrada. Um exemplo deste tipo de agente ou estabelecimento é perceptível no trabalho de J. L. Rosenthal, onde assinala a importância dos notários para o encontro entre quem dispunha de dinheiro e quem precisava dele. Por estarem envolvidos diretamente com todo o tipo de transação e por conhecerem razoavelmente o patrimônio de seus clientes, os notários eram procurados de modo informal para obtenção de informações, o que viabilizava o funcionamento do mercado de crédito.²³

Os Registros de Curitiba e Sorocaba, na rota sul-sudeste de animais, também eram exemplares deste fenômeno. Estes eram estabelecimentos de cobrança fiscal. Cada animal que vinha de Viamão ou das Lajes era tributado ali, com preços diferenciados por espécie. O Registro recebia as quantias ou simplesmente apontava os valores, para futura cobrança. A administração do Registro deveria manter um controle das dívidas e das tropas que passavam para posterior relato à Fazenda Real.

A correspondência daquele estabelecimento trata com frequência de cobranças e seqüestros de animais de devedores, assim como de problemas enfrentados por tropeiros que ali passavam ou tinham alguma relação mais próxima com os administradores. Neste sentido,

²¹LEVI, Giovanni, *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000).

²² Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Inventários *Post-mortem*. Rio Grande. 1779-1810.

²³ ROSENTHAL, Jean-Laurent, Philip HOFFMAN, & Gilles POSTEL-VINAY, *Priceless Markets: the Political Economy of Credit in Paris, 1660-1870* (Chicago: The University Chicago Press, 2000)..

aquela correspondência dá conta dos problemas de *risco moral* enfrentados pela administração dos Registros, ou seja, informa sobre as tentativas de controlar o pagamento das dívidas de tributo.

Os Registros eram paradas obrigatórias para os tropeiros que iam negociar animais do sul em Sorocaba. Neste sentido, o administrador do Registro e outros empregados neste trabalho acabavam recebendo informações de diversos tropeiros, trocando dados e, mesmo, mantendo o controle sobre a cobrança de tributos devidos. Sobre uma cobrança efetuada em 1796, Manuel José da Cunha dizia ter recebido “...a [carta] de 19 do mesmo com uma inclusa para o alferes Antonio Borges de Almeida o qual ainda não chegou a este Registro mas tenho notícia que breve chegará”²⁴

Neste trecho não fica claro quem fora o seu informante. Entretanto, em outra carta o mesmo administrador recebia informações diretamente de um tropeiro sobre seus negócios: “O capitão Cezar ainda não recebeu a sua carta de que faz menção na minha e **em conversa me disse tem mandado pedir dinheiro no D.or José Joaquim para custeio da tropa.**”²⁵ Em outra correspondência, sabe-se que Manuel José também era informado de uns tropeiros por outros, e como estes se dirigiam ao Registro de Curitiba para trocar dados:

*O Capitão Cezar já saiu do sertão e ainda não passou nem veio a este Registro esta com a tropa pesteada e com algum prejuízo de mortandade e me vendo com ele hei de fazer tudo quanto puder a benefício da Casa. João Fernandez Cruz não há notícia de que saia este verão e só o dito Cezar poderá dar notícias mais certas de quando chegará e de tudo que passar a este respeito o participarei a vossa mercê.*²⁶

Não se tratava apenas de receber ou dar informações dos tropeiros aleatoriamente. Os próprios interesses e curiosidades manifestados no diálogo acabavam informando seus partícipes sobre as intenções do outro. Os Registros cumpriam assim a função de dispersar informações, mas de forma muito desigual, já que a proximidade entre os administradores do Registro e seus diversos interlocutores (através da amizade, parentesco, etc.) acabava fazendo com que uns tivessem uma “conta-corrente” mais abastada que outros, em matéria de informação.

A informação era um elemento fundamental na sociedade observada. Ela viabilizava uma diversidade de negócios e permitia aos agentes fazer escolhas, dentro de possibilidades bastante circunscritas. A circulação de dados se dava principalmente pela comunicação oral, já que prevalecia o analfabetismo e não havia presença de jornais diários. Todavia, alguns elementos próprios daquela sociedade, como a hierarquia social e o *status* falavam por si, permitindo a reprodução da desigualdade congênita daquele mundo.

²⁴ Biblioteca Nacional. II – 35, 25, 03.

²⁵ Idem. Grifo nosso.

²⁶ Ibidem.

Foram apresentados alguns exemplos de fontes e métodos para o estudo da informação, objeto ainda pouco analisado no Brasil. Particularmente, destacou-se a importância das fontes epistolares (correspondência mercantil, especialmente) e dialógicas, já que permitem diversas abordagens metodológicas e podem fornecer pistas sobre diversos aspectos dos meios de circulação de informações.

As principais instituições que viabilizavam o acesso a dados seriam, segundo o que foi visto, a **família**, as **redes**, a **conduta pública**, a **hierarquia social** e o **“banco de informações”**. A possibilidade de interagir incorporando um maior número destas instituições permitia uma maior facilidade na atuação econômica, uma vez que permitia um conhecimento maior das possibilidades de negócios e dos interlocutores.

Densidade de redes, demografia e confiança

Alguns dos principais autores que estudam a confiança, como Ronald Burt²⁷ e Joel Sobel²⁸, procuram compreender a confiança como organizada a partir de redes sociais. Os dois autores coincidem em adotar dois parâmetros de relacionamentos, os de redes curtas e densas e aqueles de redes amplas e flexíveis. Burt argumenta que os círculos “densos” tenderiam a reforçar as predisposições de seus membros, cumprindo um papel normativo. Isso contribuiria para polarizar as opiniões: as favoráveis se transformariam em confiança, as duvidosas, em desconfiança.

Elementos como a fofoca e o boato teriam importante papel na normatização e controle social dos membros do grupo. Isso seria possível na medida em que os atores sociais conhecessem os interesses e predisposições uns dos outros. Os círculos amplos, por sua vez, teriam um papel importante na medida em que propiciariam informações diferenciadas, afastando o agente do “eco” que reforçaria as opiniões dentro da rede densa.

Este modelo pode ser um bom guia para se pensar a economia colonial. Não se trata de uma aplicação simples, mas da realização de um exercício que leve em conta os principais elementos propostos pela teoria. Alguns elementos próprios do período colonial já levam a rearranjos. Tome-se como exemplo as localidades de Porto Alegre, Viamão e Rio Grande no final do século XVIII. A população de cada um destes lugares era pequena. Porto Alegre tinha por volta de 1500 habitantes, Viamão, 1800 e Rio Grande, 2400.²⁹ De um modo geral, todos se

²⁷ BURT, Ronald, "Bandwidth and Echo: trust, information, and gossip in social networks," in *Networks and Markets: contributions from Economics and Sociology*, ed. Alessandra CASSELLA & James RAUCH (New York: Russel Sage Foundation, 2001).

²⁸ SOBEL, Joel, "Can We Trust Social Capital?," *Journal of Economic Literature* 40, no. 1 (2002).

²⁹ Mapa do Rio Grande de São Pedro, suas freguesias e moradores de ambos os sexos, com declaração das diferentes condições, cidades em que se acham em 7 de outubro de 1780. BN. Seção de Manuscritos. 9, 4, 9, nº 134.

conheciam muito proximamente, fazendo com que se pense cada uma destas comunidades como uma “rede densa” no sentido proposto por Burt. Não se trata de pensar que localidades são redes. Mas a forma como o autor dá ênfase ao fato de uns saberem dos negócios dos outros nos leva a esta abstração.

Em 1779, quando da confecção do inventário da falecida Maria Rodrigues de Lima, houve um litígio (uma “Autuação de Ação de Justificação de Crédito”) entre o viúvo Domingos Gomes Ribeiro e André Pereira Maciel a respeito de negócios efetuados entre ambos. O Juiz de Órfãos, responsável pela preparação do inventário, fez interrogatórios sucessivos a diversas pessoas, com o objetivo de dirimir dúvidas sobre o conflito. Desta fonte, nos interessa não exatamente o negócio entre Gomes Ribeiro e Pereira Maciel, mas a forma como as testemunhas narravam seus conhecimentos. João Pereira dos Santos disse que sabia “...pelo ver...” que Gomes Ribeiro comprara coisas de Maciel. Antonio Mendes Pacheco sabia por “...ver e ouvir...” do próprio Ribeiro sobre a compra efetuada. Inácio Luis da Cunha disse que sabia “...por ser notório...” que Ribeiro devia a Maciel. As três testemunhas haviam ido por solicitação de Maciel. Mas mesmo que tendenciosas, certamente pertencentes ao “círculo fechado” de Maciel, utilizavam argumentos aceitáveis para aquele mundo: ver e ouvir sobre os negócios dos outros eram coisas públicas e “notórias”, para usar a expressão de Inácio Luis.

Em outro litígio semelhante, José Joaquim Flores declarou que sabia “... *tão somente pelo ouvir dizer que o dito Francisco da Costa tinha deteriorado em sua vida a legítima da dita sua mulher o que era público e constante no Quartel do Rio Pardo mas que não sabe se com ela pagou a algumas dívidas do tempo de solteiro...*” . E ainda acrescentava:

*“...sabe de certo ser falecido o dito Francisco da Costa Navais e que depois a mulher do dito se casara com Luis Severino José de Carvalho o qual recebera todos os bens da dita sua mulher e que os vai governando de forma que ainda há pouco tempo comprara um campo misto ao da dita sua mulher e que outrossim sabe pelo ouvir dizer como coisa pública que o dito Luis Severino pagara uma dívida de quatrocentos mil réis ao Padre Francisco Rodrigues Xavier Prates pelo dito seu antecessor do tempo de solteiro de uma sociedade **oculta** que com ele tivera...”*

Nem mesmo a “sociedade oculta” ficou de fora do conhecimento público. Importa ressaltar que todas as quatro testemunhas comentaram deste pagamento. Tanto em Viamão, no primeiro caso, como em Porto Alegre, no segundo, percebe-se um contexto onde a disseminação de informações é dinâmica.

Em outra disputa, o capitão Manuel Bento da Rocha disse conhecer um dos litigantes “...*por um dos homens comerciante da cidade do Rio de Janeiro, tratando sempre boas contas e verdade em todos os seus negócios...*”. Em todos os outros casos, foi possível verificar a presença de circuitos fechados de relacionamentos. No depoimento de Bento da Rocha,

percebem-se relacionamentos não tão próximos, mais amplos, característicos das redes abertas, no caso, vinculando diferentes espaços.

Para além destas grande redes, existiam igualmente pequenas redes densas dentro de outras redes densas, como no caso de Viamão, com aquela constituída pelas testemunhas de Pereira Maciel. Da mesma forma, a rede ampla que vinculava o Rio Grande de São Pedro ao Rio de Janeiro era, também, uma densa rede de mercadores, se tivermos em conta a conjunto do Estado do Brasil. Neste sentido, à idéia de redes amplas e densas de Burt, podemos agregar a noção de “escala”.

Algumas redes densas, neste caso, poderiam sobrepor-se, mas em escalas diferentes. A localidade de Viamão era perpassada pelo caminho das tropas de animais, que no século XVIII abastecia de gado equino, bovino e muar a Feira de Sorocaba. Tal rota pode ser igualmente entendida como uma rede densa, na medida em que a maior parte dos tropeiros sabia dos negócios dos outros. A documentação privativa dos Registros de Curitiba e Sorocaba apresenta uma diversidade de evidências neste sentido. Como unidades arrecadoras de impostos, os Registros mantinham um sistema de controle e cobrança dos devedores, já que a grande maioria dos tropeiros não pagava o imposto da passagem dos gados à vista.

O próprio sistema de controle desenvolvido pelo Registro era baseado na “conversa” e busca “relacional” de informações. As listagens de devedores eram abastecidas com informações que enfatizavam os relacionamentos dos tropeiros e freqüentemente apontavam alguma pessoa que poderia ter maiores informações. Na correspondência trocada entre os funcionários dos Registros fica igualmente patente esta organização. Em fevereiro de 1796, o administrador do Registro de Curitiba escrevia ao administrador geral que:

“O Capitão Cezar já saiu do sertão ainda não passou nem veio a este Registro esta com a tropa pesteadada e com algum prejuízo de mortandade e me vendo com ele hei de fazer tudo quanto puder a benefício da Casa. João Fernandes Cruz não há notícia de que saia este verão e só o dito Cezar poderá dar notícias mais certas de quando chegará e de tudo que passar a este respeito o participarei a vossa mercê.”

Em dezembro do mesmo ano ele continuava, falando que era preciso “...segurar a dívida de Antonio Francisco de Siqueira por que me dizem neste instante que além de vender a tropa em Lages se achava lá criminoso e preso...”. Este sistema provavelmente funcionou pois os administradores dos Registros souberam aproveitar o fato de que, nesta rota, o grau de conhecimento de uns por outros era grande, como fica sugerido em outra carta do administrador de Curitiba:

João Fernandes Cruz não saiu este ano e me dizem estava invernando com duzentas bestas mais ou menos e que ainda andava comprando e só para o verão é que sairá esta notícia me deram alguns tropeiros que estiveram invernados a pé da invernada dele.

A própria correspondência entre os dois Registros era levada pelos tropeiros, já que “...os portadores mais prontos e seguros são os tropeiros que gastam mais de mês até Sorocaba...”.

Até aqui foi testada a viabilidade das categorias de rede densa e ampla para o recorte proposto. Sua utilidade parece estar assegurada na medida em que percebemos que tais abstrações podem contribuir para a percepção de elementos novos daquele mundo. Passemos então a pensar que tipos de instituições garantiam a criação e reprodução da confiança naquele ambiente, tendo em conta o impacto de relacionamentos densos e amplos em sua formação.

A mesma documentação que nos guiou no caminho a Curitiba pode nos fazer dar algumas voltas no conhecimento das formas como a confiança era produzida e reproduzida na economia colonial. Sendo este um texto introdutório, pretende-se apenas expor algumas das principais instituições que contribuíam para a viabilização dos negócios.

Em novembro de 1797 o administrador do Registro de Curitiba, Manuel José da Cunha escrevia ao seu superior que:

*José Manuel Tavares da Cunha deve de sete cavalos e duas éguas 7\$960 com título de **afilhado** do Coronel José Vaz sem dizer onde era morador, e quando aqui estive procurei lhe pelo mesmo e diz estar **casado** em Jundiá. Queira vossa mercê escrever lhe que é dívida de 5 de agosto de 1795 e participar-me se cobrou.*

A maior parte das dívidas do Registro eram pagas em menos de um ano, segundo pode-se analisar da documentação. Mas José Manuel Tavares da Cunha pôde não somente ficar devendo, como também passar novamente no Registro de Curitiba sem pagar, algo raro em se tratando de um administrador que tentava monitorar cada passo dos seus devedores, como era Manuel José da Cunha. O fato de ser afilhado do Coronel Vaz lhe garantiu a viabilização do negócio e muito tempo para o pagamento. Da mesma forma, quando tal laço pareceu insuficiente ao administrador do Registro, o fato do devedor estar casado em Jundiá lhe serviu de referência. Algum paradeiro havia.

O Coronel Vaz também foi fiador de outro tropeiro que andou na pena do administrador de Curitiba: João Fernandes Cruz. Entre fevereiro de 1796 e abril de 1799, ele foi tema recorrente na correspondência daquela oficial cobrador. Nos anos seguintes ele esteve igualmente nas listas de devedores, figurando como um dos nomes mais repetidos. O valor da dívida, 449\$990 réis, equivalia ao preço de cinco escravos. Esta performance devia estar garantida pela figura de seu fiador. O Coronel Vaz foi um dos fundadores da Vila da Lapa e uma das figuras mais destacadas da elite local e do comércio de tropas. Aqui se percebe como a

densidade do grupo do Coronel Vaz garantia uma série de negócios, todos baseados no reflexo da confiança que havia naquele agente.

A confiança no Coronel Vaz estava baseada em outro elemento: a hierarquia social.³⁰ A importância desta instituição pode ser percebida quando se analisa as referências feitas a credores e devedores nas dívidas de inventários *post-mortem*. Boa parte delas contém alguma informação sobre estes agentes, como sua patente militar, condição social (se escravo ou liberto), se viúvo, etc. Tomando os inventários de Rio Grande entre 1763 e 1810, uma análise detida dos valores movimentados por estes agentes e cruzada com seu qualificativo apresentou um cenário onde o crédito é muito maior para aqueles agentes localizados no topo da hierarquia social, e miúdo para os de estratos mais baixos. Este movimento também pode ser percebido na análise de 4500 escrituras públicas de compra e venda do Rio de Janeiro no período 1750-90.³¹

Esta instituição, contudo, não é tão suscetível às redes densas, ainda que em parte sim. As diversas honrarias concedidas para elites locais pelo império luso eram materializadas não apenas em cargos mas, igualmente, em vestimentas e adereços que indicavam eram indicativos daquelas comendas, como o Hábito de Cristo. Neste sentido, qualquer pessoa que avistasse um membro da Ordem de Cristo, saberia de sua distinção. Mas, como fenômeno igualmente baseado na relação, boa parte da hierarquia se mantinha pelo reconhecimento público da desigualdade. Assim, o prestígio convertido em confiança era uma algo mais eficaz nas localidades, ainda que, em alguns casos, fosse “portátil”, não somente pela vestimenta, mas pela fama que determinados sujeitos possuíam para além de suas localidades.

Círculos mais fechados, como aqueles resultantes de laços de amizade e clientela (muitas vezes difíceis de serem separados) cumpriam igualmente uma função primordial neste mercado. Exemplo disso pode ser a forma como o capitão Francisco de Paula Teixeira administrava o Registro de Curitiba, antes da entrada de Manuel José da Cunha. O mesmo Cunha dizia, em maio de 1797, que: *o dito Paula nas contas que vai dar leva muitas dívidas de pessoas que não tem com que pagar, outras foram camaradas ou peões dele que andam dispersos e nada tem de seu...*. Manuel José da Cunha também noticiava tempos depois que havia recebido “...dezessete créditos e relação de devedores das contas do capitão Francisco de Paula, esta cobrança deverá ser feita pelo mesmo porque deve conhecer os devedores pois lhes fiou.”

Parece que o Francisco de Paula Teixeira facilitava a passagem de diversos tropeiros, alguns vinculados a ele. Neste sentido, a provável densidade do grupo, contribuiu para a

³⁰ Sobre elites locais e nobreza ver: FRAGOSO, João, *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750)*, História (Rio de Janeiro: UFRJ (Tese apresentada ao concurso para professor titular), 2005).

³¹ PESAVENTO, Fábio, & Tiago GIL, “Por ser público e notório”: notas sobre informação no mercado interno colonial (século XVIII). III Encontro de Pós-graduação em História Econômica. 2006.

movimentação econômica. A força das relações de Francisco de Paula era tão significativa que, tempos depois, em setembro daquele ano, o administrador dos Registros, Antonio Manuel Fernandes da Silva (que também fazia parte deste círculo, de certo modo), aceitava suas contas, perdendo as dívidas daqueles tropeiros, para indignação do zeloso Manuel José da Cunha:

“...me admiro vossa mercê aprovar as contas do Capitão Paula quando me parece deveria dizer que visto não ter cobrado as dívidas em mais de quatro anos que acabou o contrato as devia fazer boas, mostrando a legalidade delas e dos devedores: principalmente tendo eu apontado a vossa mercê a qualidade dos devedores...”

Este, certamente, esteve longe de ser um caso excepcional naquela economia permeada pelas relações pessoais e políticas.

Em outubro de 1788 o tropeiro Antonio Gonçalves Guimarães passava pelo Registro de Sorocaba sem pagar, alegando como fiador Francisco Luis de Oliveira. O tropeiro não pagou e Oliveira acabou oferecendo o pagamento em algodão, o que não foi aceito e somente em 1793 o fiador fazia o depósito em dinheiro para este e outra tropa. O dinheiro foi entregue pelo Padre Manuel Caetano de Oliveira, filho de Francisco Luis, no montante de 445\$946 réis.³²

Alguns anos depois, provavelmente em 1792, uma outra tropa do mesmo fiador, passava por Sorocaba, e novamente o próprio Francisco Luis acabava ficando responsável pelo pagamento, agora no valor de 51\$500 réis. Em outubro de 1796 era notificado o pagamento da dívida, depois de alguns anos de dúvidas sobre a real responsabilidade de Francisco Luis. O fiador foi diversas vezes ao encontro de Antonio Francisco de Aguiar para discutir esta dívida e outras, relativas ao pagamento dos dízimos e, em uma destas, “*respondeu de honra e verdade*” sobre as contas que mantinha junto a Aguiar e os demais responsáveis pela arrecadação da Fazenda Real. Afirmava dever “quatro mil e tantos cruzados” pelos tributos de uma boiada e que mandara alguma “porção de dinheiro” para saldar os dízimos devidos.

Pouco mais de seis meses depois, o filho de Francisco Luis, o cônego Manuel Caetano de Oliveira, era encarregado pelo administrador Aguiar para ser portador de 629\$730 réis de Sorocaba para São Paulo, dinheiro arrecadado na cobrança de tributos. Dois meses depois ele levaria mais 215\$860 para a mesma cidade, e em outubro de 1797 levaria documentos da contabilidade da Casa Doadada de Curitiba para São Paulo, por pedido do inspetor Correia da Cunha, que ficava no Registro de Curitiba.

Manuel Caetano ainda fazia outras remessas nos anos seguintes: três contos e meio em dezembro de 1798, um conto em fevereiro de 1800, outro conto e meio em abril daquele ano e quatro contos e meio em 1807. Paralelamente, a partir de 1798 ele aparece na correspondência ativa de Antonio Francisco de Aguiar como o “compadre e amigo Cônego”.

³² Biblioteca Nacional - II-35,25,62; BN-II-35,25,27.

Francisco Luis mantinha boas contas, o que criou e manteve sua reputação. Assumiu as falhas de quem foi fiador e sempre se preocupou em saber de suas dívidas. Sua palavra “sincera” foi o suficiente para os cobradores da Casa Doadada. Em diversos momentos ele poderia ter assumido a postura daqueles de quem foi fiador, mas sua opção foi outra. Esta postura o aproximou do pequeno grupo dos administradores das Rendas Reais, mas não apenas de si. Aqui se percebe uma reputação passada de pai para filho. Manuel Caetano, que também deve ter se beneficiado da imagem austera provocada pela batina, acabou ingressando juntamente com seu pai nos negócios da Casa Doadada. Ele não era funcionário mas, assim como outros, de um grupo que somou cerca de vinte pessoas, ajudava na administração da Casa Doadada, sem receber nenhuma remuneração. Era um seleto grupo que contava com a total confiança de Aguiar, e que encarregado de levar os ricos malotes de barras de ouro e dinheiro de Sorocaba para São Paulo, de onde partiriam para Santos e daí para Lisboa.

Este pequeno grupo de “portadores” voluntários vinculados a Antonio Francisco de Aguiar era uma fração bastante prestigiosa. O próprio pai de Manuel Caetano havia sido vereador em Curitiba em 1780. O segundo maior emissário de valores de Antonio Francisco, em termos monetários, foi seu cunhado, o Capitão-mor de Sorocaba, Salvador de Oliveira Aires. O terceiro colocado, também em termos monetários, José Fernandes Nunes, era vereador em São Paulo em 1797, além de ser Tenente-Coronel. Do quarto, Antonio de Godoi Diniz, pouco sabemos. Do quinto, Américo Antonio Aires, sabemos que já era Capitão de Milícias havia alguns anos, quando fez sua primeira remessa de valores a pedido de Aguiar. Dentre os demais estavam o Capitão Bento José Leite Penteado, o compadre e Coronel Francisco Xavier dos Santos, o Coronel Bento Manuel de Almeida Pais, o sogro e Tenente Coronel Paulino Aires de Aguirre, o Capitão Domingos Inácio de Araújo, o Cirurgião-Mor Manuel Magalhães dos Santos Rego, o vereador em São Paulo, João Lopes França e o Alferes José Correia de Toledo.

Destaca-se neste seleto grupo, que gozava da mais alta confiança do administrador Aguiar, uma preferência pelos vínculos de parentesco. Mas o que é mais saliente é o elevado nível hierárquico dos homens confiáveis de Aguiar, a grande maioria deles com altos postos militares e quase sempre lideranças locais. Note-se que o critério para a seleção deste grupo, feito por Aguiar e por nós adotado, era de pessoas confiáveis e aptas para conduzir valores de Sorocaba para São Paulo, ou seja, além da probidade, deveriam ter, casualmente, uma viagem programada para a capital, mais ou menos no momento em que Aguiar tivesse dinheiro em caixa. Isso deve conduzir a uma grande concentração de sorocabanos e paulistanos nesta seleção, como de fato acontece. Ainda assim, pudemos identificar um vínculo que chegava até Curitiba, através do padre Manuel Caetano e seu pai, além de José de Andrade, que era amigo de Aguiar e capitão em Curitiba, onde mantinha grande atividade comercial.

Ainda estamos no campo de visão mais restrito de Antonio Francisco de Aguiar. Se ampliarmos um pouco a análise da rede, veremos que ela chegava com força a Curitiba. Domingos Inácio de Araújo, por exemplo, era o procurador de Manuel Gonçalves Guimarães, que era tenente-coronel naquela praça. Para além das relações de Aguiar, havia a própria unidade arrecadadora de Curitiba, onde Manuel José Correia da Cunha fazia seu trabalho e criava suas relações. Em Santos havia, igualmente, parte do aparato da Casa Doadada, representado pelo irmão de Antonio Manuel Fernandes da Silva, Luis Pereira Machado. Mas antes de nos determos nestes contatos, vejamos um pouco mais a projeção espacial e demográfica da rede de Aguiar. Se medirmos o impacto demográfico, apenas com estes vínculos com as elites locais das quatro cidades (Curitiba, Sorocaba, Santos e São Paulo), ele acabava atingindo um contingente populacional enorme, uma vez que aquelas localidades correspondiam a 25% da população total da capitania em 1803. Esse impacto se reforça se considerarmos o quanto havia de “eco” nas relações dentro das próprias localidades, ou seja, quão densos eram os vínculos dentro das comunidades. O grande número de relações sólidas com pessoas de São Paulo matizava o fato de esta ser, claramente, a maior de todas, somando mais de 24000 moradores.

Mas a teia era maior. Em uma correspondência de dezembro de 1796, Aguiar disse que Manuel Antonio Abrantes, cunhado do Capitão-mor de Taubaté, era seu “muito conhecido”. Segundo Aguiar, Abrantes teria não apenas passado com um tropa recentemente, mas havia também havia deixado uma importante quantia com Aguiar para depois ser recuperada. É certo que neste momento Aguiar desconfiava da atitude de Abrantes, o que depois se agravou, mas ainda assim, nos apresenta mais um importante “nicho demográfico” onde os administradores da Casa Doadada tinham algum alcance.

O leque de relações de Aguiar se amplia apenas se considerarmos pontualmente algumas de suas relações. Importante negociante da capital, José Vaz de Carvalho tinha negócios em Taubaté e Curitiba, além de outras localidades do interior. Era arrematador dos meios direitos de Curitiba, dos direitos do Registro de Cima da Serra e dos “novos impostos” de toda a Capitania de São Paulo. É difícil, no atual estágio desta pesquisa, apresentar um esboço das relações de José Vaz, mas é certo que vivia em constante circulação pelos territórios onde mantinha negócios e serviu de fiador para uma grande quantidade de tropeiros de diferentes lugares.

Some-se a isso a própria circulação no Registro de Sorocaba, onde Antonio Francisco tomava contato com diversos tropeiros, podendo criar ou reforçar laços pretéritos ou apenas a comunicação. Entre os tropeiros, encontramos diversos que ocupavam postos de poder local em diversas comunidades da Capitania de São Paulo. Antonio Ribeiro de Andrade era oficial da Câmara de Curitiba e Capitão-mor da Freguesia de São José, na mesma vila. Também fora vereador em Curitiba Estevão José Ferreira e Manuel Soares do Vale. Eleutério da Silva Prado

fora vereador em Jundiá, assim como Francisco Martins do Monte e José Mariano de Oliveira. Veríssimo José Gomes fora vereador em Paranaguá, além de pertencer ao Regimento de Cavalaria de Curitiba. José Carneiro Lobo era da Câmara de Castro onde sua família tinha grande importância. Antonio da Cunha Fortes era Oficial da Câmara de Pindamonhangaba e na mesma instituição, em Mogimirim, estiveram Joaquim de Moraes Bueno e Demétrio José de Macedo. Em Lages, Antonio José Pereira era Juiz presidente da Câmara e alferes da Cavalaria Miliciania local.

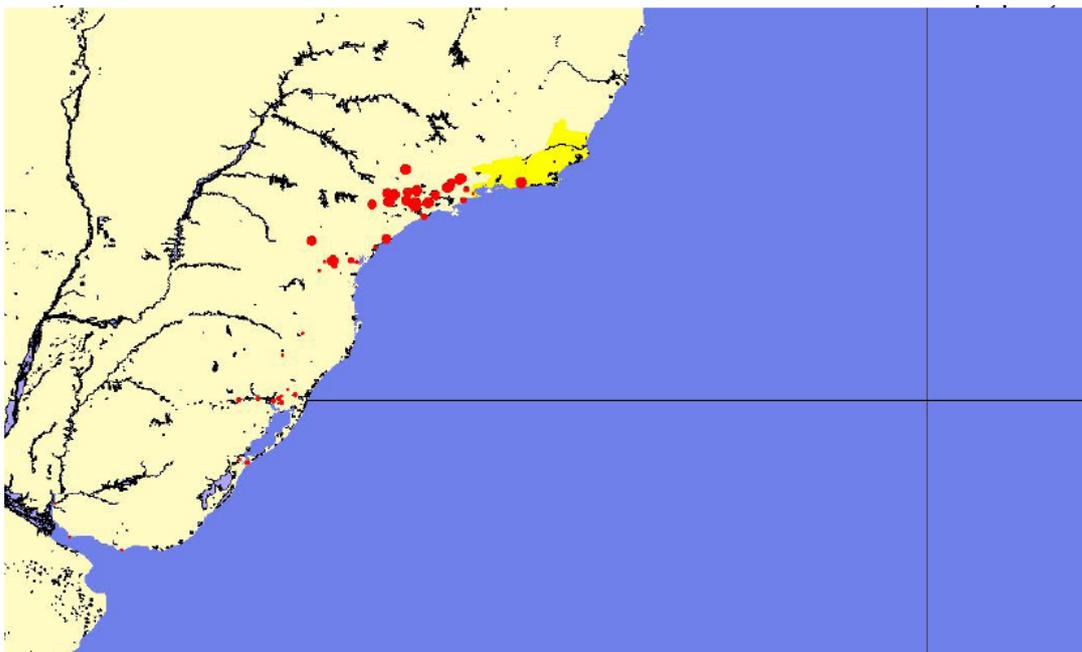
É certo que, como nos indica Nuno Monteiro, as Câmaras de localidades periféricas não tinham o mesmo significado dos conselhos municipais de grandes localidades, como o do Rio de Janeiro no final do XVIII ou de Lisboa. De qualquer modo, não deixava de ter alguma importância numa sociedade sem hierarquias institucionais (tais como a diferença entre nobreza e terceiro estado), onde pertencer a uma Câmara, à Misericórdia ou deter algum posto de comando já significava algum prestígio e distinção. E, como vimos, diversos destes sujeitos ocupavam igualmente postos militares e políticos em suas localidades. Pudemos encontrar ao menos 44 tropeiros referidos com postos militares ou eclesiásticos, dos quais se destacam 14 capitães, 12 tenentes, 5 alferes, 4 padres e 4 tenentes coronéis. Não estamos querendo dizer, com isso, que tivessem algum relacionamento com Aguiar e seus amigos da Casa Doadada apenas por passar no Registro. O que queremos dizer é que esta atividade propiciava um “meio ambiente” favorável para o contato entre as elites regionais, favorecia a criação de uma densidade deste grupo.

Observando os negócios e o raio de alcance de Antonio Francisco de Aguiar e seus parceiros da Casa Doadada, não apenas da administração da mesma unidade arrecadadora, mas das próprias *oikonomias* de seus membros (já que, como vimos, estas coisas se confundiam) percebemos que há certa circunscrição espacial, um limite geográfico não muito claro. Na medida em que saímos da zona formada por São Paulo, Sorocaba, Jundiá, Santos e Curitiba, a presença daqueles administradores vai se diluindo. Em direção ao sul, por exemplo, já em Lages anda apagada para escurecer-se ainda mais nos Campos de Cima da Serra e finalmente se apagar em Viamão, onde tinham pouco alcance. Mesmo em Curitiba o brilho não era o mesmo que em Sorocaba e São Paulo. Para o norte, pouca força dispunham nas Minas e mesmo no Rio de Janeiro. Em termos locais era uma elite importante e densa, mas sem um alcance muito maior.

Em um outro trabalho concluímos que a elite do Rio Grande de São Paulo, capitania mais ao sul, apesar de forte naquela região, não dispunha de força em outros espaços e não buscava disputar interferir em outros espaços, apesar de investir em relações com outras elites regionais. For por isso que Evaristo Pinto Bandeira, importante membro de uma das mais fortes facções da elite local, casou-se com Cristina, da família Pacheco de Miranda, importantes negociantes de

animais da região de Curitiba. Isso nos faz pensar que as elites do centro sul do Estado do Brasil tinham sua densidade maior na localidade e apenas estendiam seus laços junto à outras elites regionais. A principal costura era com os grupos que constituíam sua base social e com seus vínculos familiares mais próximos (e em ambos os casos havia relações ainda mais densas). Um “arremate” ligava as diferentes elites regionais, feito a partir de negócios e parentescos. Hipoteticamente, para um membro da elite de Sorocaba acessar um peão em Viamão, lançaria mão de uma rede de contatos através das elites regionais até a elite viamonense, que rapidamente teria como localizar aquele peão em sua densidade local.

Figura 1 – Localidades existentes ao sul do Estado do Brasil no final do século XVIII e sua população



[Legenda: em vermelho, as localidades (o tamanho indica a população); em azul, o oceano atlântico e áreas de drenagem do continente americano]

Justamente nestes laços intra-elites regionais estava um dos pontos chave na reprodução das próprias elites. Além do fato óbvio de que elas se reconheciam mutuamente, eram estas alianças que favoreciam a aquisição de informação e permitiam um maior controle social, o que contribuía para a manutenção daquela ordem. Neste sentido, as elites regionais atuavam na mediação (brokerage) dos contatos inter-regionais e garantia assim uma recepção privilegiada daqueles recursos advindos do controle da informação. Eram eles que alinhavavam os pequenos retalhos da grande colcha que nos parecem ser os territórios do sul da América.

É claro que a informação e o controle social também estavam, digamos, disponíveis para os estratos mais baixos daquela sociedade, mas num nível muito local. Podemos ainda avançar nesta hipótese e argumentar que este mesmo panorama se dava em uma escala menor, dentro das próprias localidades, intra-bairros, o que permitia a saliência de outros “mediadores”, menores,

mas igualmente importantes no conjunto social. Tais relações se constituíam nos principais recursos daqueles homens e mulheres.

Este mesmo cenário, onde as elites tem grande destaque nas relações exteriores às comunidades, pode ser visto em outras fontes, como os registros de batismo: se tomarmos o 4º livro de batismos de Viamão, que começa em 1782 e acaba em 1799, teremos que a grande maioria dos padrinhos era provavelmente das redondezas e, quando muito, se recorria a alguém distante no máximo 70 quilômetros, especialmente as localidades de Porto Alegre, Guarda Velha e Triunfo. Isso mesmo em um contexto onde a boa parte dos pais dos batizados era proveniente de outras regiões e provavelmente teriam como articular padrinhos externos através de procurações. Padrinhos por procuração são encontrados em ao menos 44 dos 1945 batismos, sendo que a maioria não indica a origem do padrinho. Encontramos 6 referências neste sentido, das quais 5 provinham de Porto Alegre e da própria Viamão e apenas 1 indicava uma localidade mais distante: a Sé de São Salvador da Ilha e bispado de Angra, de onde provinham os avôs maternos, ainda que não fique claro se ainda residiam naquela localidade ou se haviam mudado para outra, até mesmo para Viamão.³³

A conclusão é interessante: a mesma Viamão dos tropeiros, com um regular fluxo mercantil com Curitiba e Sorocaba, ainda mais nestes últimos anos do XVIII, não encontrava entre seus compadres gente daquelas localidades. Ou seja, ao menos neste tipo de relação, o compadrio, as ligações criadas nos negócios não se reproduziam. O compadrio servia, deste modo, para reforçar o “eco”, para aumentar a densidade das relações locais, antes que para expandir ligações externas.

Este modelo, estaticamente descrito, não era nem um pouco estático. Ele permitia uma concentração de poder crescente. Da maneira como descrevemos, com as elites locais estabelecidas e tendo prioridade nos contatos com as demais, tal parece iniciar-se nas no último quartel do XVIII. Antes disso não percebemos, especialmente no Rio Grande, uma consolidação visível dos arranjos de poder local, dinamizados durante e após as guerras de reconquista. Da mesma forma, os mesmos conflitos favoreceram grupos na Capitania de São Paulo, como o próprio Antonio Francisco de Aguiar e sua família. O comércio dos mares reforçou este cenário, permitindo a comunicação e o enriquecimento. Uma evidência maior disso é a herança deixada por aquelas elites do final do XVIII ao século seguinte: o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, neto de Antonio Francisco, seria uma das maiores lideranças em São Paulo no XIX, representando Itu nas Cortes de Lisboa e governando a Província, logo após a independência. No Rio Grande, igualmente, a herança dos Pinto Bandeira foi a que se consolidou nas décadas

³³ Livro de Batismos de Viamão. Volume 4 (1782-1799). Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

seguintes, através de seu primo Manuel Marques de Souza, e que permaneceu, em boa medida, ao longo do século.

Bibliografia

- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial (Sorocaba - século XVIII e XIX)*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001.
- BURT, Ronald. "Bandwidth and Echo: trust, information, and gossip in social networks." In *Networks and Markets: contributions from Economics and Sociology*, edited by Alessandra CASSELLA & James RAUCH. New York: Russel Sage Foundation, 2001.
- CLAVERO, Bartolomé. *Antidora: Antropologia catolica de la economia moderna*. Milano: Giuffré, 1990.
- COSTA, Eleonor Freire. "Entre o açúcar e o ouro: permanência e mudança na organização dos fluxos (séculos XVII e XVIII)." Paper presented at the Seminário Internacional: Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no Mundo português, Rio de Janeiro 2006.
- FERNANDEZ PEREZ, Paloma. *El rostro familiar de la metrópoli: redes de parentesco y lazos mercantiles en Cadiz, 1700-1812*. Madrid: Siglo XXI, 1997.
- FRAGOSO, João. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750)*, Historia. Rio de Janeiro: UFRJ (Tese apresentada ao concurso para professor titular), 2005.
- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Os homens de Negócio da Praça de Lisboa - de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 1996.
- PESAVENTO, Fábio, & GIL, Tiago. "Por ser público e notório": notas sobre informação no mercado interno colonial (século XVIII). III Encontro de Pós-graduação em História Econômica. 2006.
- ROSENTHAL, Jean-Laurent, HOFFMAN, Philip, & POSTEL-VINAY, Gilles. *Priceless Markets: the Political Economy of Credit in Paris, 1660-1870*. Chicago: The University Chicago Press, 2000.
- SOBEL, Joel. "Can We Trust Social Capital?" *Journal of Economic Literature* 40, no. 1 (2002): 139-154.